
Coleção
REPERCUSSÕES DO
**NOVO
CPC**

v.5



Coordenador geral
FREDIE DIDIER JR.

DEFENSORIA PÚBLICA

Coordenador
JOSÉ AUGUSTO GARCIA DE SOUSA

AUTORES

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
Aluísio Lunes Monti Ruggeri Ré
Cleber Francisco Alves
Daniella de Albuquerque Magnani
Diego Martinez Fervenza Cantoario
Diogo Esteves
Eduardo Cambi
Fabio Schwartz
Felipe Kirchner
Felippe Borring Rocha
Fernanda Tartuce
Franklyn Roger Alves Silva
Frederico Rodrigues Viana de Lima
Fredie Didier Jr.
Guilherme Freire de Melo Barros
Gustavo Augusto Soares dos Reis
Gustavo Quintanilha Telles de Menezes
Gustavo Santana Nogueira
Humberto Santarosa de Oliveira
José Augusto Garcia de Sousa
José Aurélio de Araújo
Larissa Clare Pochmann da Silva
Leonardo Faria Schenk
Marco Antonio dos Santos Rodrigues
Nagib Slaibi Filho
Patricia Magno
Priscila Sutil de Oliveira
Rafael Alexandria de Oliveira
Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa
Rogério B. Arantes
Susana Cadore Nunes Barreto
Thaís Boia Marçal
Thiago de M. Q. Moreira
Tiago Fensterseifer

Sumário

Sobre os Autores.....	15
Apresentação.....	19
Capítulo 1 ► A Gratuidade de Justiça e a Assistência Jurídica Gratuita no Novo Código de Processo Civil.....	23
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, Larissa Clare Pochmann da Silva e Susana Cadore Nunes Barreto</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	23
2. AS CUSTAS PROCESSUAIS, A ASSISTÊNCIA JURÍDICA E O ACESSO À JUSTIÇA.....	24
3. A LEI Nº 1.060/50, A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	29
4. A ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA PELA DEFENSORIA PÚBLICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	34
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
Capítulo 2 ► O Processo Civil em Xequê: Os Desafios e as Perspectivas de um Novo Diploma. A Defensoria Pública e seu Papel.....	39
<i>Aluísio lunes Monti Ruggeri Ré</i>	
1. INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO – A CRISE DO PROCESSO.....	39
2. A ESSÊNCIA AUTORITÁRIA DO PROCESSO – UMA LEITURA À FOUCAULT.....	46
3. O ESFORÇO CONSTITUCIONALIZANTE E A INCANSÁVEL BUSCA LEGITIMANTE.....	52
4. OS CAMINHOS QUE SURGIRAM – AS ALTERNATIVAS CONSOLIDADAS: O PROCESSO COLETIVO E OS MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DO CONFLITO. O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	65
5. O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O SEU SALVAMENTO: A REINVENÇÃO DE UM MODELO EM XEQUE.....	75
6. CONCLUSÃO.....	86
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
Capítulo 3 ► Assistência Jurídica Integral da Defensoria Pública no Novo Código de Processo Civil.....	91
<i>Cleber Francisco Alves</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	91
2. A DEFENSORIA PÚBLICA E A INDISPENSABILIDADE DO PROCESSO PARA CONSECUÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO CONTEXTO DA PANJUDICIALIZAÇÃO.....	93
3. A DEFENSORIA PÚBLICA COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA E NÃO COMO FUNÇÃO AUXILIAR DA JUSTIÇA.....	95
4. O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA GARANTIA DA “INTEGRALIDADE” DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS NECESSITADOS E O NOVO CPC.....	99

SUMÁRIO

5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
6.	BIBLIOGRAFIA.....	107

Capítulo 4 ► Observações sobre a Legitimidade da Defensoria Pública no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas..... 109 *Diego Martinez Ferverza Cantoario*

1.	INTRODUÇÃO.....	109
2.	CONTORNOS GERAIS DO IRDR NO CPC/2015.....	110
3.	LEGITIMIDADE PARA SUSCITAR O IRDR.....	113
3.1.	LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA O IRDR.....	114
4.	SUSTENTAÇÃO ORAL PELA DEFENSORIA NO JULGAMENTO DO IRDR.....	124
5.	CONCLUSÃO.....	125
6.	BIBLIOGRAFIA.....	125

Capítulo 5 ► A Curadoria Especial no Novo Código de Processo Civil..... 129 *Diogo Esteves e Franklyn Roger Alves Silva*

1.	INTRODUÇÃO.....	129
2.	DEFINIÇÃO.....	130
3.	HIPÓTESES LEGAIS DE ATUAÇÃO DA CURADORIA ESPECIAL.....	132
3.1.	INCAPAZ SEM REPRESENTANTE LEGAL (ART. 72, I, 1ª PARTE, DO CPC/2015, E ART. 142, PARÁGRAFO ÚNICO, 2ª PARTE, DO ECA).....	133
3.2.	INCAPAZ QUANDO OS INTERESSES DESTES COLIDIREM COM OS DO REPRESENTANTE LEGAL (ART. 72, I, 2ª PARTE, DO CPC/2015, E ART. 142, PARÁGRAFO ÚNICO, 1ª PARTE, DO ECA).....	137
3.3.	RÉU PRESO REVEL (ART. 72, II, 1ª PARTE, DO CPC/2015).....	138
3.4.	RÉU REVEL CITADO POR EDITAL OU COM HORA CERTA (ART. 72, II, 2ª PARTE, DO CPC/2015).....	142
3.5.	CITANDO IMPOSSIBILITADO DE RECEBER CITAÇÃO (ART. 245 DO CPC/2015).....	147
3.6.	AUSENTE (ART. 671, I, DO CPC/2015).....	149
3.7.	INCAPAZ QUANDO CONCORRER NA PARTILHA COM O SEU REPRESENTANTE LEGAL E HOUVER COLISÃO DE INTERESSES (ART. 671, II, DO CPC/2015).....	150
3.8.	INTERDIÇÃO (ART. 752, § 2º, DO CPC/2015).....	153
4.	A NATUREZA JURÍDICA DA CURADORIA ESPECIAL.....	157
4.1.	TEORIA DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL.....	157
4.2.	TEORIA DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	159
4.3.	TEORIA DISTINTIVA.....	160
5.	CONCLUSÃO.....	162
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

Capítulo 6 ► Autonomia e Independência Funcional da Defensoria Pública..... 165 *Eduardo Cambi e Priscila Sutil de Oliveira*

1.	INTRODUÇÃO.....	165
2.	NEOCONSTITUCIONALISMO E SUA INFLUÊNCIA NO NCPC.....	166
3.	A CONCRETIZAÇÃO DA GARANTIA DO ACESSO EFETIVO À JUSTIÇA.....	169

SUMÁRIO

4.	CRÍTICA À DISCRICIONARIEDADE HERMENÊUTICA.....	173
5.	DEFENSORIA PÚBLICA COMO PACIFICADORA SOCIAL.....	180
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185

Capítulo 7 ► O Novo CPC e os Avanços Legislativos que Contribuem na Superação dos Obstáculos e na Afirmação da Vocação Institucional da Defensoria Pública para Atuação na Tutela Coletiva 187 *Fabio Schwartz*

1.	INTRODUÇÃO.....	187
2.	A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA EM FAVOR DOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS – NECESSITADOS DO PONTO DE VISTA ORGANIZACIONAL.....	190
3.	A LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA AFERIDA PELO BENEFÍCIO POTENCIAL E NÃO REAL AOS NECESSITADOS COMO MELHOR EXEGESE DOS TEXTOS LEGAIS.....	194
4.	O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A SOLUÇÃO DE LITÍGIOS EM ESCALA: IMPACTOS NA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	196
5.	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EMENDA CONSTITUCIONAL 80/2014.....	199
6.	CONCLUSÃO.....	201
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	202

Capítulo 8 ► Os Métodos Autocompositivos na Nova Sistematização Processual Civil e o Papel da Defensoria Pública 205 *Felipe Kirchner*

1.	INTRODUÇÃO.....	205
2.	O CPC/15 E A PRIORIDADE DOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS.....	214
2.1.	A PROBLEMÁTICA DO ACESSO À JUSTIÇA E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	214
2.2.	A FUNDAMENTAÇÃO E O AMPARO AXIOLÓGICO DA PRIORIZAÇÃO DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS.....	218
2.3.	OS MÉTODOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NA NOVA SISTEMÁTICA PROCESSUAL CIVIL.....	224
3.	O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROMOÇÃO DOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS.....	234
3.1.	O MOVIMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA: DA JUSTIÇA GRATUITA AO SISTEMA DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL.....	234
3.2.	O PROTAGONISMO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	237
3.3.	O ASSISTIDO DA DEFENSORIA PÚBLICA: A (RE)SIGNIFICAÇÃO DOS CONCEITOS DE HIPOSSUFICIÊNCIA E NECESSIDADE POR MEIO DA DIMENSÃO EXISTENCIAL E NORMATIVA DOS TERMOS.....	239
3.4.	A LEGITIMAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA EM SUA MISSÃO DE ACESSO À JUSTIÇA: A EROÇÃO DOS FILTROS SUBJETIVOS E A LEGITIMAÇÃO PELA DEFESA DE VALORES.....	244
3.5.	A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA.....	246
3.6.	AS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NA SEARA DA RESOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS.....	252
4.	CONCLUSÃO.....	259
5.	REFERÊNCIAS.....	262

Capítulo 9 ► Os Impactos do Novo CPC na Defensoria Pública: Intimação Pessoal e Prazo em Dobro.....	269
<i>Felippe Borring Rocha</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	269
2. A INTIMAÇÃO PESSOAL.....	270
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	270
2.2. O REGIME DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	272
2.3. A INTIMAÇÃO PESSOAL DO ASSISTIDO DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	274
3. O PRAZO EM DOBRO.....	278
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	281
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	281
Capítulo 10 ► Vulnerabilidade Processual no Novo CPC.....	283
<i>Fernanda Tartuce</i>	
1. REFLEXÕES INICIAIS.....	283
2. VULNERABILIDADE PROCESSUAL: CONCEITO E RELEVÂNCIA.....	284
3. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS, VULNERABILIDADE E PARIDADE DE TRATAMENTO.....	286
4. PODERES DO JUIZ E BUSCA PELA ISONOMIA.....	289
4.1. DILATAÇÃO DE PRAZOS E VULNERABILIDADE.....	290
4.2. DEVER DE ESCLARECIMENTO E MODELO COOPERATIVO.....	290
4.3. SUPRIMENTO DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E SANEAMENTO DE OUTROS VÍCIOS PROCESSUAIS ..	292
5. VULNERABILIDADE GEOGRÁFICA.....	292
6. JUSTA CAUSA E ABERTURA DE NOVAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO.....	294
7. VULNERABILIDADE E AUTOCOMPOSIÇÃO.....	297
8. VULNERABILIDADE E COMPETÊNCIA.....	300
9. HIPOSSUFICIÊNCIA, CAUÇÃO E ULTIMAÇÃO DA PARTILHA.....	305
10. VULNERABILIDADE E INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO.....	308
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	310
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	311
Capítulo 11 ► A Nova Disciplina da Legitimação Extraordinária da Defensoria Pública no Novo Código de Processo Civil.....	313
<i>Franklyn Roger Alves Silva e Diogo Esteves</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	313
2. A CAPACIDADE POSTULATÓRIA DOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	315
3. A ATRIBUIÇÃO COMO LIMITAÇÃO DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA.....	317
4. A REPRESENTAÇÃO DOS ASSISTIDOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA E AS NORMAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	321
4.1. REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO OU FORA DELE INDEPENDENTE DE MANDATO.....	322
4.2. A CURADORIA ESPECIAL COMO REPRESENTANTE DA PARTE.....	325
5. A LEGITIMIDADE EXTRAORDINÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	326

SUMÁRIO

5.1.	TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS E A CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA	327
5.2.	JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	329
5.3.	A CURADORIA ESPECIAL EM FAVOR DOS AUSENTES COMO SUBSTITUTA PROCESSUAL.....	332
5.4.	ATUAÇÃO NAS AÇÕES POSSESSÓRIAS MULTITUDINÁRIAS	334
5.5.	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	338
6.	CONCLUSÃO	342
7.	REFERÊNCIAS	343

Capítulo 12 ► Um Novo Código de Processo Civil para uma Nova Defensoria Pública..... 345 *Frederico Rodrigues Viana de Lima*

1.	INTRODUÇÃO.....	345
2.	APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O PERFIL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO NOVO CPC	347
2.1.	O RECONHECIMENTO DO PAPEL E DAS PECULIARIDADES DA ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	348
2.2.	AS DEMANDAS DE MASSA NO NOVO CPC E A IMPORTÂNCIA DE UMA NOVA COMPREENSÃO ACERCA DA EXTENSÃO DA LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	355
3.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	369

Capítulo 13 ► Defensor Público e o Ônus da Impugnação Especificada: Crítica ao Art. 341, Parágrafo Único, CPC-2015 373 *Fredie Didier Jr.*

1.	NOTA DO AUTOR.....	373
2.	ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECIFICADA.....	374
3.	REPRESENTANTES JUDICIAIS QUE ESTÃO DISPENSADOS DESTE ÔNUS (ART. 341, PAR. ÚN., CPC). O DEFENSOR PÚBLICO.....	374

Capítulo 14 ► Honorários de Sucumbência e a Defensoria Pública à Luz do Novo Código de Processo Civil..... 377 *Guilherme Freire de Melo Barros*

1.	INTRODUÇÃO.....	377
2.	HISTÓRICO.....	378
2.1.	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939	378
2.2.	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	380
2.3.	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	382
3.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E A DEFENSORIA PÚBLICA.....	386
4.	COBRANÇA DE HONORÁRIOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA À LUZ DO NOVO CPC	390
5.	CONCLUSÃO	393
6.	REFERÊNCIAS	393

Capítulo 15 ► O Novo Código de Processo Civil e a Defensoria Pública do Século XXI: O Regime Jurídico de um Novo Ator Processual..... 395 *Gustavo Augusto Soares dos Reis*

SUMÁRIO

1.	A TÍTULO DE INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO NOVO CPC PARA A DEFENSORIA PÚBLICA, E VICE-VERSA..	395
2.	A DEFENSORIA PÚBLICA NO NOVO CPC: SIMBOLISMO, MAS MUITO ALÉM DO SIMBOLISMO	396
3.	NO NOVO CPC, A DEFENSORIA PÚBLICA GANHA UM CAPÍTULO PRÓPRIO.....	398
3.1.	A PRERROGATIVA DA CONTAGEM EM DOBRO DOS PRAZOS: POLÊMICAS E PONDERAÇÕES.....	398
3.2.	A PRERROGATIVA DA INTIMAÇÃO PESSOAL: RELATIVIZAÇÃO E SIGNIFICADO ATUAL.....	399
3.3.	A PRERROGATIVA QUANTO À FORÇA PROBANTE DE DOCUMENTOS: PONDO OS PINGOS NOS 'IS'	402
3.4.	UMA PRERROGATIVA, OU QUASE ISSO	404
4.	A DEFENSORIA PÚBLICA TRATADA ESPARSAMENTE NO NOVO CPC.....	405
4.1.	DEFENSOR PÚBLICO E ADVOGADO: JOGADORES DE UM MESMO TIME, MAS COM CAMISAS DIFERENTES. ALGUNS EXEMPLOS NO NOVO CPC	405
4.2.	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTERNACIONAL: A DEFENSORIA PÚBLICA ALÉM DAS FRONTEIRAS?	407
4.3.	O NOVO CPC LIDO EM HARMONIA COM A AUTONOMIA DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	409
4.4.	DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E PRERROGATIVA DO LOCAL DE TESTEMUNHAR	410
4.5.	DEFENSORIA PÚBLICA, CURADORIA ESPECIAL E MINISTÉRIO PÚBLICO	410
4.6.	SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO: AFINAL, DEFENSOR PÚBLICO É PARCIAL OU IMPARCIAL?	413
4.7.	DEFENSORIA E GRATUIDADE DA JUSTIÇA: INOVAÇÕES JURÍDICAS E POLÍTICAS.....	416
4.8.	RESPONSABILIDADE DO DEFENSOR PÚBLICO: NEM TANTO AO CÉU NEM TANTO À TERRA.....	419
5.	A DEFENSORIA PÚBLICA E O ESPÍRITO DO NOVO CPC.....	419
6.	A TÍTULO DE ENCERRAMENTO (TALVEZ DRAMÁTICO DE MAIS.....)	422
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	422

Capítulo 16 ► A Presença Institucional da Defensoria Pública no Novo CPC..... 427
Gustavo Quintanilha Telles de Menezes

Capítulo 17 ► Os Precedentes, a Defensoria Pública e o NCPC 435
Gustavo Santana Nogueira

1.	INTRODUÇÃO.....	435
2.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	435
3.	PRECEDENTES NO DIREITO COMPARADO – INGLATERRA	437
4.	O COMMON LAW E O STARE DECISIS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	439
5.	O BRASIL ADOTA A TEORIA DO STARE DECISIS?	445
6.	OS PRECEDENTES NO NCPC.....	446
6.1.	A FORMAÇÃO DO PRECEDENTE.....	447
6.2.	A APLICAÇÃO DO PRECEDENTE E A DEFENSORIA PÚBLICA.....	455
6.3.	DO USO DA RECLAMAÇÃO COMO MECANISMO PARA FAZER COM QUE OS PRECEDENTES SEJAM RESPEITADOS.....	466
7.	CONCLUSÕES.....	467
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	467

Capítulo 18 ► A Defensoria Pública e o Código de Processo Civil de 2015: Novos Caminhos – e Responsabilidades – para uma Instituição Enfim Essencial..... 469
José Augusto Garcia de Sousa

1.	INTRODUÇÃO.....	469
2.	UMA SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO BRASIL (CONSOLIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO).....	471

SUMÁRIO

2.1.	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO.....	473
2.2.	A IMPORTÂNCIA DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	474
2.3.	A LEI COMPLEMENTAR Nº 132/09.....	477
2.4.	TRÊS CONQUISTAS DECISIVAS EM MENOS DE UM ANO: ENFIM UMA INSTITUIÇÃO DE FATO ESSENCIAL.....	478
2.5.	UMA NOVA DEFENSORIA PÚBLICA	480
3.	BREVES ANOTAÇÕES SOBRE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E SUAS PRINCIPAIS APOSTAS.....	485
4.	OS NOVOS CAMINHOS PARA A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	489
4.1.	A INTENSIFICAÇÃO DAS ATUAÇÕES MOLECULARES	489
4.2.	A PARTICIPAÇÃO NAS DEMANDAS POSSESSÓRIAS COLETIVAS	495
4.3.	A CELEBRAÇÃO DE CONVENÇÕES PROCESSUAIS.....	498
4.4.	A LEGITIMIDADE PARA DEFLAGRAR A JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	502
4.5.	A LEGITIMIDADE COLETIVA STRICTO SENSU DA DEFENSORIA EM DEFESA DO CPC/2015.....	504
5.	AS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS QUE SURGEM OU SE AGUÇAM	507
5.1.	ATUAÇÃO ESTRATÉGICA.....	507
5.2.	COERÊNCIA DEMOCRÁTICA	509
5.3.	INVESTIMENTO CRESCENTE NAS VIAS CONSENSUAIS E COMBATE À CULTURA DEMANDISTA.....	510
5.4.	ADAPTAÇÃO DA ATUAÇÃO CONTENCIOSA AO SISTEMA DE PRECEDENTES.....	513
5.5.	REPÚDIO À CONTESTAÇÃO POR NEGATIVA GERAL.....	514
6.	SÍNTESE FINAL.....	515
7.	BIBLIOGRAFIA.....	522

Capítulo 19 ► O Litígio Coletivo da Posse dos Artigos 554 e 565 do Novo CPC e a Natureza da Atuação da Defensoria Pública..... 527

José Aurélio de Araújo

1.	OS OBJETIVOS PRIMORDIAIS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E AS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA	527
2.	O LITÍGIO COLETIVO DA POSSE PREVISTO NAS NORMAS DOS ARTIGOS 554 E 565 DO NOVO CÓDIGO: AÇÃO POSSESSÓRIA COLETIVA PASSIVA OU LITISCONSÓRCIO PASSIVO MULTITUDINÁRIO?.....	530
3.	O PROCEDIMENTO DO INCIDENTE DE IDENTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL, A COMPLEXIDADE SUBJETIVA DA DEMANDA E A NECESSIDADE DA ADAPTABILIDADE EM CONCRETO DO PROCESSO.....	537
4.	A COMPLEXIDADE DAS FUNÇÕES EXERCIDAS PELA DEFENSORIA PÚBLICA NO LITÍGIO POSSESSÓRIO COLETIVO.....	545
5.	CONCLUSÃO	546
6.	BIBLIOGRAFIA.....	546

Capítulo 20 ► Notas Sobre a Defensoria Pública e a Defesa por Negativa Geral no Código de Processo Civil de 2015..... 549

Leonardo Faria Schenk e

Humberto Santarosa de Oliveira

1.	INTRODUÇÃO.....	549
2.	O REFORÇO DO PAPEL INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO CPC DE 2015.....	550
3.	CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISPENSA DO ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECIFICADA	551
4.	DEFESA POR NEGATIVA GERAL PELA DEFENSORIA PÚBLICA: REGRA OU EXCEÇÃO?	553
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	557
6.	BIBLIOGRAFIA.....	558

Capítulo 21 ► A Impugnabilidade da Decisão sobre o Pedido de Gratuidade da Justiça no Novo Código de Processo Civil.....	559
<i>Marco Antonio dos Santos Rodrigues</i>	
1. A REGULAMENTAÇÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA NO CORPO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	559
2. A IMPUGNAÇÃO À DECISÃO SOBRE O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA NA VIGÊNCIA DO CPC DE 1973.....	560
3. O ATAQUE À DECISÃO QUE DEFERE O PEDIDO DE GRATUIDADE NO NOVO CPC.....	565
4. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO AO PRONUNCIAMENTO QUE INDEFERE OU REVOGA O BENEFÍCIO	566
5. CONCLUSÕES.....	568
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	569
Capítulo 22 ► A Constituição e a Gratuidade da Justiça no CPC de 2015.....	571
<i>Nagib Slaibi Filho</i>	
1. FONTE CONSTITUCIONAL DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E INTEGRAL	571
2. A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, O ACESSO À JUSTIÇA E AS DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	576
3. ACESSO AOS TRIBUNAIS E IGUALDADE DE TRATAMENTO DAS PARTES NAS DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	578
4. LEGALIDADE E EQUIDADE, JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	584
5. GRATUIDADE DA JUSTIÇA, ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS NECESSITADOS E DEFENSORIA PÚBLICA	596
6. CONCLUSÃO	605
Capítulo 23 ► Defensoria Pública e Assistência Jurídica Internacional: Uma Leitura do Novo Código de Processo Civil à Luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos	607
<i>Patricia Magno</i>	
1. LINEAMENTOS PRELIMINARES.....	607
2. DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTERNACIONAL.....	615
2.1. O QUE É DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTERNACIONAL?	615
2.2. QUEM É O SUJEITO DESSE DIREITO?	621
2.3. COMO O ESTADO BRASILEIRO INSTRUMENTALIZA O ACESSO À JUSTIÇA INTERNACIONAL?	625
2.4. O PAPEL DAS REDES	629
2.5. O PAPEL DAS REDES DE DEFENSORIAS PÚBLICAS: ASSOCIAÇÕES INTERNACIONAIS E OS ÓRGÃOS OFICIAIS	633
2.6. CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE ACESSO À JUSTIÇA.....	641
3. À GUIA DE CONCLUSÃO, ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS.....	651
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	653
Capítulo 24 ► Aspectos Procedimentais do Benefício da Justiça Gratuita	659
<i>Rafael Alexandria de Oliveira</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	659
2. O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA: GENERALIDADES	659
2.1. NOÇÃO	659

SUMÁRIO

2.2.	TERMINOLOGIA.....	660
2.3.	RESPONSABILIDADE PROVISÓRIA E DEFINITIVA PELO CUSTEIO DO PROCESSO: ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO BENEFÍCIO.....	661
2.4.	PRESSUPOSTO PARA A CONCESSÃO: INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS.....	662
3.	BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA: PROCEDIMENTO.....	662
3.1.	REQUERIMENTO.....	662
3.2.	DELIBERAÇÃO JUDICIAL.....	664
3.3.	REQUERIMENTO EM GRAU RECURSAL.....	669
3.4.	IMPUGNAÇÃO E REVOGAÇÃO.....	671
3.5.	RECURSOS CABÍVEIS CONTRA DECISÕES QUE VERSEM SOBRE GRATUIDADE.....	674

Capítulo 25 ► O NCPC, a Defensoria Pública no Processo Individual e a Superação da Súmula 421-STJ..... 677 *Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Daniella de Albuquerque Magnani*

1.	INTRODUÇÃO.....	677
2.	NATUREZA JURÍDICA E TITULARIDADE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NCPC.....	682
3.	HONORÁRIOS E DEFENSORIA PÚBLICA.....	686
4.	A SUPERAÇÃO DA SÚMULA 421-STJ.....	690
4.1.	O NASCIMENTO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS (SEM AUTONOMIA E ATRELADAS AOS ESTADOS).....	690
4.2.	A AUTONOMIA DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	691
4.3.	O ARGUMENTO DA “CONFUSÃO”.....	694
4.4.	PRECEDENTES ANTERIORES À LC 132/2009.....	696
4.5.	O CARÁTER REMUNERATÓRIO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O BENEFÍCIO INDIRETO AOS DEFENSORES PÚBLICOS.....	698
5.	CONCLUSÃO.....	700
6.	REFERÊNCIAS.....	702

Capítulo 26 ► Defensoria Pública e Acesso à Justiça no Novo CPC..... 703 *Rogério B. Arantes e Thiago de M. Q. Moreira*

1.	INTRODUÇÃO.....	703
2.	TRANSFORMAÇÕES DO PROCESSO E RENOVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA NO BRASIL.....	704
3.	REFORMA DO JUDICIÁRIO E O NOVO CPC.....	710
4.	A DEFENSORIA PÚBLICA NO NOVO CPC.....	716
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	728
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	729

Capítulo 27 ► A Inconstitucionalidade do Procedimento de Dúvida à Gratuidade de Justiça pelo Notário ou Registrador Previsto no Art. 98, § 8º, do NCPC..... 731 *Thaís Boia Marçal*

SUMÁRIO

1.	O PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA	731
1.1.	BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA NO BRASIL.....	732
1.2.	CONCEITO.....	733
2.	PRINCÍPIOS NORTEADORES DO NCPC À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	735
3.	O PROCEDIMENTO DE DÚVIDA DOS NOTÁRIOS OU REGISTRADORES A RESPEITO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA	736
3.1.	NOTAS SOBRE DESPESAS EXTRAPROCESSUAIS E GRATUIDADE DE JUSTIÇA	737
3.2.	DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL EM MATÉRIA DE ACESSO À JUSTIÇA.....	739
3.3.	DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	740
3.4.	DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....	741
4.	SÍNTESE CONCLUSIVA	742
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	743

Capítulo 28 ► Defensoria Pública, Proteção Ambiental e Novo Código de Processo Civil 747 *Tiago Fensterseifer*

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS: DEFENSORIA PÚBLICA, DIREITOS COLETIVOS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	747
2.	A LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A ATUAÇÃO COLETIVA EM DEFESA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO AMBIENTE	754
2.1.	O DIREITO DE TITULARIDADE DOS INDIVÍDUOS E GRUPOS SOCIAIS NECESSITADOS A VIVER EM UM AMBIENTE SADIO, EQUILIBRADO E SEGURO À LUZ DO MARCO JURÍDICO SOCIOAMBIENTAL ESTABELECIDO PELA CF/88	755
2.2.	OS INDIVÍDUOS E GRUPOS SOCIAIS NECESSITADOS EM TERMOS (SOCIO)AMBIENTAIS (E OS REFUGIADOS OU DESLOCADOS AMBIENTAIS): UMA QUESTÃO DE JUSTIÇA (SOCIO)AMBIENTAL.	759
3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	762